



ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE REABILITAÇÃO



Edital nº 01/2008

Prova 17/02/2008

01 – Assistente Social

INSTRUÇÕES

1. Confira, abaixo, o seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.
2. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a numeração de todas as páginas.
3. Esta prova é constituída de 40 questões objetivas.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 alternativas cada uma, sempre na seqüência **a, b, c, d, e**, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.
6. Ao receber o cartão-resposta, examine-o e verifique se o nome impresso nele corresponde ao seu. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
7. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica preta, tendo-se o cuidado de não ultrapassar o limite do espaço para cada marcação.
8. Não serão permitidas consultas, empréstimos e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não-cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e colocados OBRIGATORIAMENTE no saco plástico. Caso essa exigência seja descumprida, o candidato será excluído do concurso.
10. O tempo de resolução das questões, incluindo o tempo para preenchimento do cartão-resposta, é de 4 horas.
11. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização para entregar o caderno de prova, o cartão-resposta e a ficha de identificação.
12. Se desejar, anote as respostas no quadro abaixo, recorte na linha indicada e leve-o consigo.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 horas

Português

Conhecimento
Específico

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

TURMA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RESPOSTAS

01 -	06 -	11 -	16 -	21 -	26 -	31 -	36 -
02 -	07 -	12 -	17 -	22 -	27 -	32 -	37 -
03 -	08 -	13 -	18 -	23 -	28 -	33 -	38 -
04 -	09 -	14 -	19 -	24 -	29 -	34 -	39 -
05 -	10 -	15 -	20 -	25 -	30 -	35 -	40 -

O gabarito estará disponível no site www.nc.ufpr.br 24 horas após o término da prova.

A partir de 29 de fevereiro de 2008, o candidato terá acesso ao seu desempenho individual referente às questões de múltipla escolha no site do NC (www.nc.ufpr.br). Para obter essa informação, deverá ter à mão os seguintes dados :

Nº de inscrição:

Senha de acesso:

É de sua inteira responsabilidade o sigilo sobre esses dados.

PORTUGUÊS

01 - Trabalhando com a bactéria *E. coli*, Pardee, Jacob e Monod fizeram uma observação intrigante.

Os trechos a seguir dão continuidade ao texto iniciado com o período acima (extraído de Martin Brookes, *Fique por dentro da genética*, p. 86), mas estão fora de ordem. Determine a seqüência correta desse texto.

- () Quando a lactose estava presente no meio, elas produziam duas enzimas.
- () A outra enzima, *beta-galactosidase*, digeriu o açúcar.
- () Eles fizeram as bactérias crescer em um meio nutritivo contendo um açúcar chamado lactose, que as bactérias usavam como fonte de energia.
- () Todavia, quando a lactose era removida do meio nutritivo, a bactéria parava de produzir as duas enzimas.
- () Uma enzima, chamada *permease*, aumentava a velocidade com que as bactérias podiam captar o açúcar do meio para suas células.

Assinale a alternativa que apresenta a numeração correta, de cima para baixo.

- a) 1 – 5 – 2 – 3 – 4.
- b) 4 – 3 – 5 – 1 – 2.
- *c) 2 – 4 – 1 – 5 – 3.
- d) 1 – 3 – 4 – 5 – 2.
- e) 3 – 2 – 5 – 4 – 1.

02 - Em uma entrevista à revista *Época* (nº 505, de 21 jan. 2008), a pesquisadora Barbara Oakley afirma que algumas pessoas são más por natureza. Associe corretamente as respostas da coluna da direita com as perguntas na coluna da esquerda.

- | | |
|--|---|
| 1. Como podemos reconhecer alguém mau por natureza? | () É preciso evitar a idéia de que há certos tipos de pessoas com “genes do mal” ou que quem é bom não tem esses genes. Se você diz que algumas pessoas são más por causa de sua genética, alguém pode presumir que elas deviam ser proibidas de ter filhos. Pode imaginar que, nos livrando desses genes, a sociedade será melhor. E isso não é verdade. |
| 2. A senhora acredita que esse tipo de caráter é genético? | () São aquelas pessoas maquiavélicas, que estão dispostas a fazer qualquer coisa para atingir seus objetivos. Elas podem ser extremamente legais na frente de alguém e tratar terrivelmente mal uma pessoa que não lhes interessa. São aquelas pessoas que mentem tanto que você chega a duvidar de si, e não delas. Também são incapazes de aceitar culpa. Se você as responsabiliza por alguma coisa, ficam tão irritadas que nem vale a pena o esforço. |
| 3. Relacionar a presença de certos genes a determinados tipos de comportamento não pode gerar preconceito? | () Algumas pessoas nasceram para ser más. Já se sabe que nenhum gene sozinho pode ser responsabilizado por um determinado tipo de caráter. Mas há um grupo de genes que afeta o funcionamento do cérebro, principalmente em relação a nossas intenções, impulsividade, humor e ansiedade. E esses genes podem estar por trás de comportamentos que levam a uma personalidade problemática. |

Assinale a alternativa que apresenta a numeração correta da coluna da direita, de cima para baixo.

- a) 2 – 3 – 1.
- *b) 3 – 1 – 2.
- c) 2 – 1 – 3.
- d) 1 – 2 – 3.
- e) 3 – 2 – 1.

O texto a seguir é referência para a questão 03.

Plantar jardins ou mesmo capim no teto das casas não é exatamente uma idéia moderna. Os telhados verdes existem há milhares de anos. Povos tradicionais da América Central já usavam essa técnica para criar isolamento térmico em suas casas. Na Europa, a tradição também vem do século XIX. Nos países nórdicos, colocar plantas sobre o teto era a forma de garantir o calor da casa antes da invenção dos aquecedores. Com o desenvolvimento das cidades e das tecnologias modernas de calefação, as cabanas com telhados cobertos por feno desapareceram. A antiga tecnologia verde foi considerada obsoleta. Mas, com a urgência das mudanças climáticas, os arquitetos de hoje buscam todas as formas possíveis de reduzir o consumo de energia. E o mundo está resgatando – com adaptações – os métodos ancestrais.

A primeira vantagem do sistema é que a camada de terra e de matéria orgânica viva (das plantas) funciona como isolante térmico. Em locais quentes, as plantas no telhado mantêm frescor e, em locais frios, guardam o calor. Nos países frios, a calefação é o principal gasto de energia.

A vegetação no teto também regula o escoamento da água das chuvas. Normalmente, toda a água que cai sobre os telhados normais vai direto para o sistema de drenagem público. “A água e a falta de planejamento urbano acabam causando enchentes e sobrecarregando os rios”, afirma André Soares, do Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado, em Goiás. A água que sai do jardim suspenso, além de regar as próprias plantas, pode ser recolhida em um reservatório e usada para descarga de banheiro e lavagem de quintal.

(Adaptado da revista *Época* nº 505, 21 jan. 2008, p. 64.)

03 - Com relação aos jardins cultivados em telhados, o texto apresenta:

- a) apenas uma vantagem do uso dessa técnica.
- *b) duas vantagens do uso dessa técnica.
- c) três vantagens do uso dessa técnica.
- d) quatro vantagens do uso dessa técnica.
- e) cinco vantagens do uso dessa técnica.

O texto a seguir é referência para as questões 04 a 07.

Ser pobre não é desculpa

Um dos nós da discussão sobre violência e criminalidade no Brasil está na correlação entre pobreza e criminalidade que divide a opinião de estudiosos e militantes. De um lado, os que tomam algumas estatísticas oficiais, fruto do registro policial, como provas de que o problema são os favelados, migrantes e desempregados pobres. Do outro, aqueles que consideram que ser pobre é desculpa para tudo, inclusive para o homicídio. Tanto um quanto outro estão equivocados.

O registro policial depende de muitas práticas policiais que sempre deram preferência aos pobres neste país, deixando impunes as pessoas de maior escolaridade e nível de renda quando infringem a lei. Daí falar-se de profecia autocumprida as estatísticas que mostram apenas crimes cometidos por pessoas pobres. Crimes econômicos e de mandantes só muito recentemente passaram a merecer atenção da polícia, especialmente a federal.

Entretanto, ser pobre não é razão para cometer crimes. Há tempos discute-se a punição dos que cometem crimes graves com o argumento de que não tiveram oportunidades ou alternativas. Para atividades econômicas ilegais, esse argumento encontra respaldo bastante difundido na população também. Mas nunca para os crimes contra a pessoa, especialmente estupro e assassinato.

Porém há entre militantes de esquerda a propensão para querer as mais severas punições para jovens de classe média que participam de atividade econômica ilegal e o esquecimento ou perdão para os jovens pobres que cometem crimes contra a pessoa, mesmo os mais condenados pela população.

O filme "Meu Nome Não É Johnny" conta a história de um desses jovens de classe média que, sem nem saber como e _____, vão se envolvendo na atividade do tráfico. A história contada é de um daqueles que conseguem manter-se free-lance sem participar da violência de quadrilhas e comandos. É um filme emocionante e convincente. Pode ajudar outros jovens a evitar as armadilhas do dinheiro fácil e consumo orgiástico pelos limites da lei e da moralidade.

A cena mais comovente é a que narra a compreensão da juíza sobre a trajetória do jovem e a sua capacidade de recuperação. Os anos de cadeia e de manicômio judiciário são de sofrimento atroz e parecem estar na medida para minar a inconseqüência do jovem. Só que militantes que defendem o direito do pobre menor assassino ficar livre aos 18 anos preparam um manifesto para criticar essa sentença "leve", que atribuem à família do jovem, à qual pertence famoso advogado defensor dos direitos civis durante o regime militar.

(ZALUAR, Alba. *Folha de S. Paulo*, 30 jan. 2008.)

04 - De acordo com o texto, identifique com V as afirmativas verdadeiras e com F as falsas.

- () A afirmação de que "o registro policial depende de muitas práticas policiais que sempre deram preferência aos pobres" é argumento para justificar a posição dos que consideram que o problema são os favelados, migrantes e desempregados pobres.
- () A propensão para querer penas mais severas para jovens de classe média que participam de atividade econômica ilegal é própria dos que consideram que ser pobre é desculpa para tudo, inclusive para o homicídio.
- () Alba Zaluar tem a mesma opinião dos militantes de esquerda na discussão sobre violência e criminalidade no Brasil.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência correta, de cima para baixo.

- a) F – F – V.
- b) V – V – F.
- c) V – F – V.
- *d) F – V – F.
- e) V – F – F.

05 - Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna no quinto parágrafo do texto de Alba Zaluar.

- a) por causa que
- b) porquê
- c) porque
- d) por quê
- *e) por que

06 - A autora usou aspas na palavra *leve*, na penúltima linha:

- a) para ressaltar a ironia presente nessa declaração.
- *b) para deixar claro que não é a opinião dela sobre a sentença.
- c) porque se trata de jargão da área jurídica.
- d) para determinar que se trata do modo exato como a juíza proferiu a sentença.
- e) porque se trata de gíria mais comum no uso da língua em situações não-formais.

07 - Acerca do texto, é correto afirmar:

- a) Os militantes que defendem o direito de os menores assassinos ficarem livres aos 18 anos são favoráveis à crítica que a família do jovem vai fazer contra a sentença da juíza no filme, já que se trata de família historicamente defensora dos direitos civis.
- b) A polícia é mais eficiente no combate aos crimes cometidos por pessoas pobres.
- *c) Segundo os militantes favoráveis a penas mais severas aos jovens de classe média, a decisão da juíza no filme “Meu Nome Não É Johnny” foi influenciada pela imagem pública da família a que o jovem condenado pertencia.
- d) Na opinião dos militantes a que o texto se refere, o jovem de classe média preso no filme “Meu Nome Não É Johnny” deveria ser solto quando completasse 18 anos.
- e) A população de um modo geral concorda com os militantes que defendem punições mais severas para jovens de classe média do que para jovens pobres.

08 - Considere a charge a seguir:



(Revista da Semana, 04 fev. 2008.)

O pronome possessivo na fala do homem vem sublinhado para:

- a) insinuar seu interesse em saber qual era a ocupação da mulher que estava com ele à mesa.
- b) ressaltar sua competência na administração de seus bens.
- c) deixar claro que não queria falar de seus problemas.
- *d) indicar que tudo o que ele relatou aconteceu num único dia.
- e) chamar a atenção para sua riqueza.

09 - Assinale a alternativa que está de acordo com a norma padrão.

- a) É de assim que se faz.
- b) Não dá para dormir com um barulho desse.
- c) Ela se desabafou comigo.
- *d) Os irmãos sempre saem juntos.
- e) Os prejuízos com a previdência atingem a milhões de reais.

10 - Assinale a alternativa que NÃO apresenta problemas no emprego dos sinais de pontuação.

- a) Na reta final da prova dos 400 m, no torneio de Roma Oscar Pistorius era o oitavo e último colocado, cem metros depois, ao cruzar a linha de chegada estava em segundo lugar. Essa reação seria uma façanha improvável para qualquer atleta comum, Pistorius, porém não é um atleta comum. Amputado abaixo dos joelhos quando tinha 1 ano de vida (ele nasceu sem as fíbulas), corre com próteses de fibra de carbono.
- b) Na reta final, da prova dos 400 m no torneio de Roma, Oscar Pistorius era o oitavo, e último, colocado. Cem metros depois ao cruzar a linha de chegada estava em segundo lugar, essa reação seria uma façanha improvável para qualquer atleta comum. Pistorius, porém, não é um atleta comum, amputado abaixo dos joelhos quando tinha 1 ano de vida (ele nasceu sem as fíbulas), corre com próteses de fibra de carbono.
- *c) Na reta final da prova dos 400 m no torneio de Roma, Oscar Pistorius era o oitavo e último colocado. Cem metros depois, ao cruzar a linha de chegada, estava em segundo lugar. Essa reação seria uma façanha improvável para qualquer atleta comum. Pistorius, porém, não é um atleta comum. Amputado abaixo dos joelhos quando tinha 1 ano de vida (ele nasceu sem as fíbulas), corre com próteses de fibra de carbono.
- d) Na reta final da prova dos 400 m no torneio de Roma Oscar Pistorius era o oitavo e último colocado, cem metros depois, ao cruzar a linha de chegada, estava em segundo lugar. Essa reação seria uma façanha improvável para qualquer atleta comum, Pistorius, porém, não é um atleta comum; amputado abaixo dos joelhos quando tinha 1 ano de vida (ele nasceu sem as fíbulas), corre com próteses de fibra de carbono.
- e) Na reta final da prova dos 400 m no torneio de Roma. Oscar Pistorius era o oitavo e último colocado. Cem metros depois, ao cruzar a linha de chegada, estava em: segundo lugar. Essa reação seria uma façanha improvável para qualquer atleta comum. Pistorius, porém não é um atleta comum, amputado abaixo dos joelhos quando tinha 1 ano de vida (ele nasceu sem as fíbulas). Corre com próteses de fibra de carbono.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

11 - A Lei nº 10.741/03, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, em seu art. 3º, afirma que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária:

- a) na medida do contexto familiar do idoso.
- b) priorizando o grau de pobreza de cada idoso.
- *c) com absoluta prioridade.
- d) de acordo com a ordem de solicitação.
- e) com absoluta prioridade ao idoso institucionalizado (em abrigos e lares para idosos).

12 - Sobre a organização e a gestão da Assistência Social previstos na Lei nº 8742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), é correto afirmar:

- a) A instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social é o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).
- b) Cabe à União fixar as Políticas de Assistência Social, podendo os Estados e Municípios celebrar convênios com entidades e organizações de assistência social a fim de garantir a execução de políticas públicas e sociais em forma de parceria.
- c) Cabe ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) definir os órgãos responsáveis pela organização e gestão da Política de Assistência Social, no âmbito dos estados e municípios.
- *d) As ações na área de assistência social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social, que articule meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área.
- e) A inscrição de entidades e organizações de assistência social nos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) deve ser autorizada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o qual expedirá o registro e o certificado de entidade de fins filantrópicos nos âmbitos municipal e estadual.

13 - São responsabilidades do Poder Público, estabelecidas pela Lei 7.853/89, no que se refere às pessoas portadoras de deficiência:

- *a) o desenvolvimento de programas de saúde voltados para as pessoas portadoras de deficiência, desenvolvidos com a participação da sociedade e que lhes ensejem a integração social.
- b) o abrigo compulsório da pessoa com deficiência, quando necessário.
- c) a garantia de atendimento de saúde domiciliar noturno ao deficiente não-internado.
- d) a viabilização de acesso a edifícios, a logradouros e a meios de transporte às pessoas com deficiência, subordinando-se às reais possibilidades estruturais previstas no Plano Diretor dos municípios.
- e) regulamentar os espaços de participação sociopolítica da pessoa com deficiência, garantindo-se o respeito às suas limitações e à sua condição peculiar de desenvolvimento.

14 - Assinale a alternativa que apresenta um dos objetivos do Sistema Único da Saúde (SUS).

- a) Formulação de políticas de saúde destinadas a promover no campo da assistência social a redução do índice de doenças contagiosas.
- b) Assistência às pessoas por intermédio de ações focalizadas nos riscos de morte.
- *c) Identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.
- d) Revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo, na sua elaboração, a colaboração do Ministério do Trabalho, do Meio Ambiente e da Secretaria da Assistência Social.
- e) Assistência à família do trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de deficiência mental ocasionada pelo stress do trabalho.

15 - De acordo com a Lei 10.741/03 (Estatuto do Idoso), em seu art. 15, parágrafo 2º, é correto afirmar:

- a) Incumbe ao Ministério Público, por ação judicial, fornecer medicamentos aos idosos gratuitamente, especialmente os de uso continuado.
- b) Incumbe ao assistente social, como atividade privativa, fornecer aos idosos, através de avaliação pericial, próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento de habilitação e reabilitação.
- c) Compete aos hospitais federais especializados em traumatologia o fornecimento gratuito de medicamentos aos idosos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação e reabilitação.
- *d) Incumbe ao poder público fornecer medicamentos aos idosos gratuitamente, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.
- e) Incumbe ao poder público fornecer aos idosos que ingressarem com ação judicial medicamentos, especialmente os de alta complexidade, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

16 - Com relação à inserção do adolescente com deficiência no mercado de trabalho, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que, além das demais garantias:

- a) o trabalho do adolescente com deficiência deverá ter uma remuneração diferenciada, acima dos valores pagos ao adolescente não-portador de deficiência.
- *b) o trabalho do adolescente com deficiência deverá ser protegido, com o estabelecimento de oficinas protegidas de trabalho integradas ao mercado de trabalho e ampliação do estágio profissionalizante às escolas especiais de qualquer grau.
- c) o adolescente com deficiência deverá ter acompanhamento psicológico que facilite sua integração no mercado de trabalho.
- d) o adolescente com deficiência deverá ter assegurado o acompanhamento de outro adolescente não-deficiente que facilite sua socialização no local de trabalho.
- e) o adolescente com deficiência deverá ser acompanhado por equipe multidisciplinar composta por técnicos da Delegacia Regional do Trabalho e do Ministério Público Estadual.

17 - A canção “Balada do Louco”, em sua primeira estrofe, diz o seguinte:

Dizem que sou louco
Por pensar assim
Se sou muito louco
Por eu ser feliz
Mas louco é quem me diz!
E não é feliz!
Não é feliz...

Atualmente, o termo “louco” é inadmissível para designar uma pessoa com transtorno mental ou usuária da Política de Saúde Mental. Com relação à Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, é correto afirmar:

- a) A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada por solicitação do próprio paciente ou de sua família.
- b) A pessoa que solicita voluntariamente sua internação, ou a consente, deve solicitar, no momento da admissão, a presença de um membro da família ou de um representante do Ministério Público Estadual.
- c) Sob nenhuma alegação ocorrerá a internação involuntária ou compulsória.
- d) O término da internação voluntária dar-se-á por solicitação escrita do paciente e/ou de sua família ou por determinação do Ministério Público Estadual.
- *e) É vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares.

18 - De acordo com a lei nº 7.853/89, considere os seguintes itens:

1. Planejamento familiar.
2. Aconselhamento genético.
3. Acompanhamento da gravidez – principalmente a de alto risco – ao parto e puerpério, às imunizações e às doenças diversas, causadoras de deficiência.
4. Atendimento domiciliar, quando necessário.
5. Prevenção de acidentes.

Os serviços públicos de saúde devem promover ações educativas, com ampla divulgação, no que se refere aos itens:

- a) 1, 4 e 5 apenas.
- b) 2, 3 e 4 apenas.
- c) 1, 2, 3 e 5 apenas.
- d) 3 e 4 apenas.
- *e) 1, 2, 3, 4 e 5.

19 - A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, apresenta as seguintes definições:

1. **Acessibilidade** é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
2. **Pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida** é aquela pessoa que tem limitada, temporária ou permanentemente, sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo.
3. **Elemento da urbanização** é qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico.
4. **Mobiliário urbano** é o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga.
5. **Ajuda técnica** é qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as definições 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- b) Somente as definições 2, 3 e 5 são verdadeiras.
- c) Somente as definições 1, 3, 4 e 5 são verdadeiras.
- d) Somente as definições 2, 4 e 5 são verdadeiras.
- *e) As definições 1, 2, 3, 4 e 5 são verdadeiras.

20 - A Lei Federal nº 8.213/91, Art. 93, prevê proibição de qualquer ato discriminatório no tocante a salário ou critério de admissão ao emprego. Além disso, o Sistema de Cotas para Funcionários em Empresas prevê que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher determinado percentual de seus cargos com pessoas reabilitadas ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas. O percentual a ser aplicado é sempre de acordo com o número total de empregados das empresas, da seguinte forma:

- *a) Até 200 empregados: 2%
De 201 a 500 empregados: 3%
De 501 a 1000 empregados: 4%
De 1001 em diante: 5%
- b) Até 200 empregados: 2,5%
De 201 a 500 empregados: 3%
De 501 a 1000 empregados: 4,5%
De 1001 em diante: 5%
- c) Até 200 empregados: 2%
De 201 a 500 empregados: 3,5%
De 501 a 1000 empregados: 4%
De 1001 em diante: 5%
- d) Até 200 empregados: 2%
De 201 a 500 empregados: 3%
De 501 a 1000 empregados: 4,5%
De 1001 em diante: 5%
- e) Até 200 empregados: 2,5%
De 201 a 500 empregados: 3,5%
De 501 a 1000 empregados: 4%
De 1001 em diante: 5%

21 - Além do Benefício de Prestação Continuada (BPC), as pessoas com deficiência contam com outras garantias legais. Assinale a alternativa em que todas as garantias apresentadas estão legalmente asseguradas às pessoas com deficiência.

- *a) Isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis e Sistema de Cotas para funcionários em empresas.
- b) Isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e Sistema de Cotas em concursos públicos ou em empresas, sendo vetado qualquer tipo de restrição quanto a sua habilitação ou reabilitação.
- c) Livre passe municipal para transporte urbano e transporte interestadual gratuito independentemente da renda familiar.
- d) Transporte interestadual gratuito independentemente da renda familiar e atendimento pedagógico a pessoa internada em instituição hospitalar por prazo igual ou superior a um mês.
- e) Atendimento aos surdos em Libras e prioridade absoluta na escolha da localização de unidade de habitação por ocasião da aquisição da casa própria junto aos órgãos responsáveis pela política habitacional.

22 - A reabilitação profissional compreende, principalmente:

- a) o cadastramento no Sistema Nacional de Emprego (SINE), no setor destinado exclusivamente a pessoas com deficiência, especificando as atividades para as quais a pessoa está habilitada ao ingresso ou reingresso no mercado de trabalho.
- *b) o fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção, quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso, e dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação social e profissional.
- c) o cadastramento na Delegacia Regional do Trabalho, a qual deverá fornecer os dados das empresas que atuam com o Sistema de Cotas para Funcionários em Empresas e fornecem o transporte gratuito para locomoção da pessoa com deficiência.
- d) o processo que permite à pessoa com deficiência adquirir desenvolvimento físico, auditivo, visual e/ou mental suficiente para o ingresso no mercado de trabalho mediante avaliação de comissão médica, que deverá atestar que a deficiência apresentada é compatível com a função exercida.
- e) o processo destinado ao ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência, visando a sua preparação para o mercado de trabalho, incluindo o fornecimento dos instrumentos de trabalho, quando se tratar de trabalho insalubre ou com algum tipo de risco técnico.

23 - De acordo com o Código de Ética Profissional, são deveres do assistente social:

- a) Intervir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro profissional, mediante comprovação de que os procedimentos estão incorretos.
- *b) Incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.
- c) Depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário quando convocado pelo CFESS ou outro conselho de classe.
- d) Mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para favorecer colegas de profissão na liberação de carga horária para fins de estudos e pesquisas que visem ao aprimoramento profissional.
- e) Repassar ao seu substituto as informações técnico-operativas estritamente necessárias à continuidade do trabalho, resguardando análises procedimentais que possam influenciar o colega.

24 - O Plano de Ação 2007 da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) faz a seguinte afirmativa:

O Brasil dispõe de leis e políticas inclusivas, tem grande potencial para avançar e se contrapor à discriminação contra as pessoas com deficiência, tem entidades associativas e órgãos colegiados de direitos e sabe o que deve ser feito, estabelecidas as prioridades para o combate à exclusão pelo binômio pobreza e deficiência, para o acesso aos sistemas educacional e profissionalizante inclusivos e de qualidade, em todos os níveis e com os recursos específicos necessários e para a inserção no mundo do trabalho, com medidas de equidade representadas pelas ações afirmativas de reservas de postos de trabalho ou de cargos nos concursos públicos.

Articulando os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Assistente Social e a realidade que temos presenciado em relação às políticas sociais e públicas destinadas as pessoas com deficiência, é correto afirmar:

- a) No Brasil, pessoas portadoras de deficiência já podem contar com a consolidação dos direitos de cidadania, e os assistentes sociais devem manter os direitos já conquistados.
- b) No Brasil, já se alcançou quase que a eliminação de todas as formas de preconceito, e os assistentes sociais devem evitar gerar polêmicas em relação ao respeito à diversidade e à discussão das diferenças.
- *c) No Brasil, a Constituição de 1988 assegura direitos que vêm garantindo avanços significativos às condições de cidadania, entretanto, é necessário que os assistentes sociais insistam na defesa intransigente dos direitos humanos.
- d) Diante da realidade econômica que o país vem enfrentando, os patamares de equidade e de justiça social já alcançaram suas possibilidades máximas por meio do Programa Bolsa Família. Sendo assim, os assistentes sociais devem optar por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de novos projetos ético-políticos para a profissão.
- e) A defesa do aprofundamento da democracia deve ser relativizada, tendo em vista os debates mais recentes sobre as restrições que os processos democráticos impõem ao progresso socioeconômico de um país.

25 - O art. 7º da Lei nº 8.662, de 07/06/1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social, regulamentando-a, afirma que:

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional.

Sendo assim, de acordo com o Código de Ética Profissional e diante de infrações disciplinares, cumpre ao CRESS a execução das seguintes penalidades:

- a) Advertência reservada com publicação da respectiva ata, constando a assinatura da Presidência e dos membros da comissão de fiscalização.
- b) Suspensão e cassação do exercício profissional, mantendo-se o sigilo sobre a identidade do profissional.
- c) Deliberação sobre o aceite ou não de pedidos de recursos sobre qualquer penalidade, endereçados ao CFESS.
- d) Aplicação de multa por falta de pagamento de anuidades e cassar o registro profissional em caso de reincidência por cinco vezes consecutivas ou três vezes alternadas.
- *e) Aplicação de multa em valor que varia entre o mínimo correspondente a uma anuidade do CRESS e o valor máximo correspondente a dez vezes a anuidade do CRESS.

26 - O termo *humanização* vem sendo utilizado com freqüência no âmbito da Saúde. Acerca do assunto, considere as seguintes diretrizes:

1. **Definição de demandas socioeconômicas, garantindo a eliminação de fornecimento de benefícios sociais a quem não é usuário do SUAS.**
2. **Demanda acolhida por meio de critérios de seletividade claros e precisos, garantindo o acesso referenciado ao nível de Proteção Social Básica previsto na política de assistência.**
3. **Demanda acolhida por meio de critérios de avaliação de risco, garantindo o acesso referenciado aos demais níveis de assistência.**
4. **Garantia da referência e contra-referência, resolução da urgência e emergência, provido o acesso à estrutura hospitalar e à transferência segura conforme a necessidade dos usuários.**
5. **Definição de protocolos clínicos, garantindo a eliminação de intervenções desnecessárias.**

São diretrizes gerais para implementação da Política Nacional de Humanização (PNH) na Urgência e Emergência, nos Pronto-Socorros, Pronto-Atendimentos, Assistência Pré-Hospitalar e outros serviços:

- a) 1, 2 e 3 somente.
- b) 1, 3 e 4 somente.
- c) 2, 4 e 5 somente.
- *d) 3, 4 e 5 somente.
- e) 1, 2, 3, 4 e 5.

27 - Os resultados da Tabela Avançada do Censo Demográfico 2000 indicaram que aproximadamente 24,5 milhões de pessoas, ou 14,5% da população total, apresentaram algum tipo de incapacidade ou deficiência. Incluem-se nessa categoria as pessoas com ao menos alguma dificuldade de enxergar, ou de ouvir, ou de se locomover ou alguma deficiência física ou mental.

Observe o quadro abaixo:

Tabela 8 – Distribuição percentual dos casos de deficiência, por Grandes Regiões, segundo o tipo de deficiência – 2000

Tipo de Deficiência	Distribuição percentual dos casos de deficiência (%)					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Deficiência Mental Permanente	8,3	6,6	7,4	9,4	8,0	8,4
Deficiência Física	4,1	3,6	3,5	4,6	4,5	4,4
Deficiência Motora	22,9	19,8	22,6	23,9	23,7	20,2
Deficiência Visual	48,1	55,2	49,9	45,6	45,0	50,7
Deficiência Auditiva	16,7	14,8	16,7	16,4	18,7	16,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000
Nota: As pessoas com mais de um tipo de deficiência foram incluídas em cada uma das categorias correspondentes.

A partir do quadro acima, é correto afirmar:

- A deficiência mental permanente corresponde ao tipo de deficiência com maior incidência no âmbito nacional.
- A múltipla deficiência, com seus diversos graus de severidade, corresponde ao tipo de menor incidência no âmbito nacional.
- Diante dos índices alarmantes de deficiência motora, podemos considerar que esse tipo de deficiência foi o que determinou a instituição da Lei nº 10.098/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência.
- Não se pode considerar que os índices de deficiência auditiva agregam a mudez, uma vez que são deficiências não-relacionadas.
- *e) A incapacidade de enxergar, com seus diversos graus de severidade, é responsável por quase metade do total de casos informados.

28 - No cenário contemporâneo, especialmente a partir da década de 70 do século XX, o mundo vivencia profundas transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e ideológicas, que afetam profundamente o “mundo do trabalho”. É bem possível que as alterações ocorridas nas sociedades capitalistas contemporâneas rompam com a Era Industrial e com o cenário identificado a partir da Revolução Industrial. Atualmente, o debate fundamental para o Serviço Social passa pela busca de respostas que re(afirmem) a manutenção da produção e reprodução da força de trabalho nos limites de sobrevivência da classe trabalhadora. (Tavares, 2007: 119)

Na afirmativa acima, a autora está se referindo ao debate contemporâneo do Serviço Social acerca da:

- coesão social.
- adaptação social.
- anomia social.
- ação social.
- *e) questão social.

29 - O SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social, possibilitando normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas, em que o princípio de matricialidade familiar deve ser entendido como:

- a preponderância da figura materna como provedora do núcleo familiar nos novos modelos que a família brasileira assume na atualidade.
- o reforço das três dimensões clássicas que definem a família: sexualidade, procriação e convivência comunitária.
- *c) a família como núcleo social básico da acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social.
- seletividade baseada na ordem cronológica dos membros que compõem o núcleo familiar, bem como de seus agregados.
- o resgate da figura paterna como autoridade fundamental nas mediações das relações entre os sujeitos e a coletividade, entre o público e o privado.

30 - O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) previsto no SUAS atua no contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Nesse sentido, parte do pressuposto de que as funções básicas da família são:

1. garantir plenas condições de cidadania e sociabilidade dos seus membros, inserindo-os na rede socioassistencial de proteção básica.
2. constituir-se como referência moral, de vínculos afetivos, sociais e de identidade grupal.
3. ampliar as formas de rendimento familiar, adequando-se ao processo de reestruturação produtiva com vistas à inserção no mercado formal ou informal de trabalho.
4. prover a proteção e a socialização dos seus membros.
5. ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1, 3 e 5 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- *d) Somente as afirmativas 2, 4 e 5 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3, 4 e 5 são verdadeiras.

31 - O conhecimento e a prática interdisciplinar são muito comuns ao Serviço Social. “Deve ser uma lógica de descoberta, uma abertura recíproca, uma comunicação entre os domínios do saber; deveria ser uma atitude, que levaria o perito a reconhecer os limites de seu saber para receber contribuições de outras disciplinas” (Serviço Social e Interdisciplinaridade. São Paulo, Cortez, 2007).

Para distinguir a interdisciplinaridade da multidisciplinaridade, numere a coluna da direita de acordo com sua correspondência com a da esquerda.

- | | | |
|--------------------------|-----|--|
| 1. Interdisciplinaridade | () | Atitude de justaposição de conteúdos de disciplinas heterogêneas. |
| 2. Multidisciplinaridade | () | Relação de reciprocidade, de mutualidade, um regime de copropriedade. |
| | () | Não é somente trabalhar um tema sob o olhar de duas ou mais pessoas, mas sim garantir a verdadeira interação e compartilhamento de idéias, opiniões e explicações. |
| | () | Compreensão de determinado fenômeno que solicita o aporte de vários especialistas, cada qual em sua especificidade, para explicá-lo, ou para a resolução de um problema. |

Assinale a alternativa que apresenta a numeração correta da coluna da direita, de cima para baixo.

- *a) 2 – 1 – 1 – 2.
- b) 1 – 1 – 2 – 2.
- c) 2 – 1 – 2 – 1.
- d) 1 – 1 – 1 – 2.
- e) 2 – 1 – 1 – 1.

32 - Segundo Yolanda Guerra (1999: 30):

Há algo que precede a discussão de instrumentos e técnicas para a ação profissional, que no nosso entendimento refere-se à sua instrumentalidade, ou melhor, à dimensão que o componente instrumental ocupa na constituição da profissão. Para além das definições operacionais (o que faz, como faz), necessitamos compreender ‘para que’ (para quem, onde e quando fazer) e analisar quais as conseqüências que no nível ‘mediato’ as nossas ações profissionais produzem.

Com base na afirmação acima e nos conhecimentos da instrumentalidade profissional, é correto afirmar:

- a) A instrumentalidade do Serviço Social consiste em modificar fórmulas de atuação profissional permanentemente, buscando a adequação correta de instrumentais para o atendimento individual, grupal e comunitário.
- b) Em muitas situações emergenciais, o instrumental técnico-operativo do Serviço Social deve ser utilizado sem mediações, desde que haja prévia sistematização do processo interventivo.
- *c) A instrumentalidade do Serviço Social está relacionada com a necessidade de manter o foco nas finalidades, de forma a atuar com as dificuldades, limitações e constrangimentos colocados pelas situações objetivas sob as quais a intervenção profissional se realiza.
- d) A instrumentalidade profissional do assistente social não tem, necessariamente, um vínculo com as dimensões teórico-metodológica e ético-política que fundamentam a profissão. Ao contrário, a instrumentalidade profissional é a dimensão técnico-operativa que caracteriza as ações imediatas e relativamente mais autônomas do fazer profissional.
- e) Não há como dominar plenamente a instrumentalidade profissional, uma vez que a dinâmica institucional e as adversidades socioeconômicas dos usuários impõem ao assistente social a habilidade de criar e propor ações cada vez mais inovadoras de enfrentamento da questão social.

33 - Atualmente, os processos de trabalho do assistente social em instituição hospitalar se caracterizam, principalmente, pela interdisciplinaridade. Entretanto, mesmo na interdisciplinaridade, nos processos de trabalho do assistente social junto das pessoas portadoras de deficiência, é possível especificar os seguintes procedimentos técnico-operativos:

- *a) Orientação familiar, encaminhamentos para escolas especiais e regular, para unidades de educação infantil e para exames médicos (oftalmo, otorrino, endócrino, cardio, genética, etc.). Encaminhamento para BPC, advogados, vara da família, conselho tutelar, isenção tarifária, pesquisas e supervisão de estágio de Serviço Social.
- b) Criação do Conselho Municipal da Pessoa com deficiência, orientação familiar, encaminhamento para capacitação profissional, avaliação interdisciplinar, visitas domiciliares, agendamento de consultas médicas e neurológicas e acompanhamento odontológico.
- c) Realização de entrevistas, contatos telefônicos, prontuário compartilhado, reunião de equipes, palestras, seminários, elaboração de política institucional sobre segurança alimentar, pesquisas e supervisão de estágio.
- d) Elaboração de estudo social, entrevistas, visitas domiciliares, análise de indicadores quantitativos e qualitativos. Avaliação sobre prescrição de medicamentos, orientações aos pacientes e familiares sobre a legislação social destinada a pessoas com deficiência e elaboração de relatórios mensais.
- e) Acompanhamento das deliberações dos conselhos gestores de políticas públicas, fortalecimento da participação de pacientes e familiares nos conselhos gestores de políticas públicas, fornecimento de atestados de pobreza quando solicitados, construção de banco de dados contendo informações sociais, econômicas e de saúde dos usuários e supervisão de estagiários de serviço social.

34 - Tendo em vista a implantação do Serviço Social no Hospital de Reabilitação do Paraná, é pertinente lembrar a afirmação de Myrian Veras Baptista, em seu livro “Planejamento Social”:

Ao iniciar seu trabalho, o profissional, freqüentemente, se vê diante de uma polaridade: o seu empregador, que o solicita com uma demanda específica, originada nas políticas e estratégias institucionais, no sentido de uma ação sobre uma situação definida como problemática; e as pessoas, para as quais a questão é uma parte de sua vida e que vêm buscar o recurso disponibilizado para enfrentá-la, as quais, na sua maioria, não têm acesso ao recurso nem à decisão sobre as medidas para enfrentamento da questão e sobre os critérios de inclusão/exclusão para usufruto daquele recurso (Baptista, 2000: 32).

Em relação às contradições historicamente existentes nas relações institucionais do assistente social, o atual projeto ético-político da profissão orienta o seguinte posicionamento profissional:

- *a) Ter a capacidade de mediar as demandas colocadas pela instituição e pelos usuários, reconstruindo o objeto da intervenção e superando as contradições.
- b) Negar as demandas institucionais e assumir a condição de porta-voz das demandas da população usuária dos serviços e/ou das políticas institucionais.
- c) Priorizar, num primeiro momento, as demandas institucionais, visando a garantia do espaço sócio-ocupacional e, quando possível, incluir as demandas dos usuários.
- d) Acionar os familiares dos usuários, para que, em conjunto com o assistente social, possam desencadear um processo de pressão institucional para o atendimento dos usuários.
- e) Diante da falta de recursos públicos, estabelecer parceria permanente com os programas de voluntariado municipais e estaduais, visando a garantia dos recursos necessários para o atendimento das demandas dos usuários.

35 - Um projeto social pode ser definido como “o documento que sistematiza e estabelece o traçado prévio da operação de um conjunto de ações. É a unidade elementar do processo sistemático de racionalização de decisões. Constitui-se da proposição de produção de algum bem ou serviço, com emprego de técnicas determinadas, com o objetivo de obter resultados definidos em um determinado período de tempo e de acordo com um limite de recursos” (Baptista, Myrian Veras, 2000: 101).

Em relação ao tema, considere as seguintes características:

1. **Objetividade e exatidão nas informações, na terminologia e nas especificações técnicas.**
2. **Limitação temporal e espacial.**
3. **Compatibilidade e coerência em suas relações entre as partes e em suas relações com outros níveis da programação.**
4. **Referência exaustiva a todos os aspectos da estrutura da questão a que se destina, excetuando-se as vulnerabilidades institucionais e dos sujeitos envolvidos.**
5. **Relação visível entre as operações previstas e o alcance dos resultados desejados, expressos nos objetivos.**

São qualidades de um projeto social:

- a) 1, 3, 4 e 5 somente.
- *b) 1, 2, 3 e 5 somente.
- c) 1, 4 e 5 somente.
- d) 2, 3 e 4 somente.
- e) 1, 2, 3, 4 e 5.

36 Segundo Marilda Iamamoto (1985:30), “o processo capitalista de produção expressa, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção”.

Acerca do assunto, considere os seguintes processos:

1. **Processo de produção social no qual se reproduzem, concomitantemente, idéias e representações que expressam a produção das condições materiais de existência, encobrindo o antagonismo que as permeia.**
2. **Processo onde a produção social trata especificamente de produção de objetos materiais, atualizando a concepção de produção social.**
3. **Processo de produção social que trata de relação social entre pessoas, entre classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas.**
4. **Processo em que o capital se expressa determinante na relação social, imprimindo a dinâmica e a inteligibilidade de todo o processo da vida social.**
5. **Processo em que a produção social é concebida como essencialmente histórica, onde as relações sociais de produção transformam-se com a modificação dos meios materiais de produção, das forças produtivas.**

Ao analisar a produção capitalista, a autora está se referindo aos processos descritos em:

- a) 1, 2 e 5 apenas.
- b) 3 e 4 apenas.
- c) 1, 2, 3 e 5 apenas.
- *d) 1, 3, 4 e 5 apenas.
- e) 1, 2, 3, 4 e 5.

37 - A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos a:

- a) habitação, meio ambiente, saúde e educação.
- *b) saúde, previdência e assistência social.
- c) saúde, previdência e habitação.
- d) saúde, educação e assistência social.
- e) saúde, previdência, educação e assistência social.

38 - Em seu livro “Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos”, Barroco (2001: 59) apresenta o seguinte conceito:

Liberdade é, ao mesmo tempo, capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade e capacidade prática de criar condições para a realização objetiva das escolhas, para que novas escolhas sejam criadas.

Quando a autora relaciona consciência, finalidade e capacidade prática, remete-se a uma categoria central para o Serviço Social, qual seja:

- a) o ócio, como momento de reflexão criativa, indispensável ao processo de produção e reprodução do capital.
- *b) o trabalho, como práxis humana e ontologia do ser social.
- c) o neoliberalismo, como reação ao Estado de Bem-Estar Social e promoção do processo de globalização da economia, favorecendo os países subdesenvolvidos.
- d) a instituição sócio-assistencial, como espaço de adaptação social dos sujeitos e controle social, bem como espaço sócio-ocupacional privilegiado do assistente social.
- e) neotomismo, como hierarquia de valores morais, revalorizado a partir do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social.

39 - A normativa que disciplina a gestão pública da Política de Assistência Social no território brasileiro é denominada:

- *a) Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social.
- b) Lei da Assistência Social.
- c) Sistema de Proteção Social do Brasil.
- d) Regulamento Básico da Assistência Social.
- e) Estatuto da Assistência Social.

40 - O estágio supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. A supervisão de estágio em Serviço Social deve ser realizada:

- a) por coordenador da unidade de ensino e por coordenador da unidade de campo de estágio.
- *b) por professor supervisor da unidade de ensino e por profissional do campo de estágio.
- c) por coordenador da unidade de ensino e por profissional do campo de estágio.
- d) por professor contratado especificamente como supervisor de estágio pela unidade de ensino e por coordenador do campo de estágio.
- e) por dois professores supervisores da unidade de ensino.